

4. PERSPECTIVAS E DISCUSSÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: SÃO FRANCISCO DE PAULA

SILVA, Naiara Machado da¹
STAUDT, Brandaly²
BRANDÃO, Felipe Grando³

1. INTRODUÇÃO

As linhas de estudo sobre desenvolvimento são múltiplas, especialmente ao se analisar as muitas esferas nas quais o tema pode ser abordado. Nesse sentido, torna-se fundamental evidenciar enfoques que extrapolem a visão comumente difundida, que coloca o desenvolvimento como um objetivo universal e o condiciona primordialmente à perspectiva econômica. Dallabrida (2011) define desenvolvimento como “um processo de mudança estrutural, situado histórica e territorialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população” (DALLABRIDA, 2011, p. 17).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento não se apresenta como um estágio a ser galgado ou um modelo estático a ser seguido, mas, sim, como um processo. Já, na visão predominante, de um modo geral, não se distingue essa diversidade de contextos. Essa abordagem está explicitada nas palavras de Bresser Pereira: “O desenvolvimento econômico só começa quando um povo se torna uma *nação* e realiza sua revolução nacional e industrial, ou seja, sua Revolução Capitalista. É só a partir daí que acontece a melhoria sistemática do padrão de vida da população.” (PEREIRA, 2014, p. 55).

Entretanto, não se devem estabelecer verdades absolutas quando se trata sobre desenvolvimento, “Assim como a mundialização e a ocidentalização, das quais faz parte e que fazem parte dele, o desenvolvimento é complexo, ambivalente, ou seja, simultaneamente positivo e negativo.” (MORIN, 2013, p. 28). Conforme o autor, frequentemente o desenvolvimento é posto como uma fórmula-padrão, que ignora os contextos humanos e culturais, oferecendo o modelo ocidental como arquétipo universal para o planeta. E ressalta que “[...] uma grande parte das tecnologias “limpas” reside nos saberes ancestrais e nas comunidades marginais”. (MORIN, 2013, p. 44). De modo crítico, ele reconhece que:

¹ Mestranda em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS – Unidade em São Francisco de Paula. naimss@gmail.com.

² Mestranda em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS – Unidade em São Francisco de Paula. brandaly.staudt@gmail.com.

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Câmpus de Santo Ângelo. felipe.brandao@ufrgs.br.

O desenvolvimento capitalista certamente promoveu a ampliação das produções, das trocas, das comunicações; deu origem também a uma mercantilização generalizada, inclusive nos locais em que reinavam as cooperações, as solidariedades, os bens comuns não monetários, destruindo, com isso, numerosas redes de convivialidade. (MORIN, 2013, p. 68).

No que tange ao conceito de desenvolvimento, Saavedra (2014) o entende como complexo e em permanente evolução, mas ressalta que a própria utilização do termo, muitas vezes, remete ao fenômeno da desigualdade de poder entre os países no sistema internacional. Segundo ele, existe:

[...] grande diferença do sistema político mundial que se estrutura em torno dessa clara assimetria de poder entre uma minoria desenvolvida e poderosa diante de uma heterogênea maioria em vias de desenvolvimento e que outros denominam subdesenvolvidos (SAAVEDRA, 2014, p. 18).

Nesse sentido, Castro (1973)¹ relaciona o subdesenvolvimento não à insuficiência ou ausência de desenvolvimento, mas o caracteriza como um produto ou um subproduto do desenvolvimento, “uma derivação inevitável da exploração econômica, colonial ou neocolonial, que segue sendo exercida sobre diversas regiões do planeta [...]” (CASTRO, 1973 *apud* SAAVEDRA, 2014, p. 143).

A partir dessa diversidade de abordagens sobre desenvolvimento, busca-se no presente artigo suscitar algumas reflexões, particularmente, no que se refere a alternativas de desenvolvimento local e regional.

2. Desenvolvimento Regional: partindo de uma perspectiva local

Ao resgatar as mais importantes vertentes teóricas que tratam do desenvolvimento, a partir da década de 80, focadas na escala local, regional ou territorial, Dallabrida (2011) sinaliza que há elementos que são comuns aos três conceitos: “(1) refere-se a um processo de mudança estrutural localizado; (2) remete a uma responsabilidade fundamental à sociedade regional; (3) inclui a dinamização socioeconômica associada à melhoria da qualidade de vida da população.” (DALLABRIDA, 2011, p. 111). Nesse estudo, ele sintetiza os principais autores e obras que tratam do tema e, no seu entendimento, as definições referidas acima parecem indicar alguns parâmetros para o desenvolvimento regional.

Assim, busca-se discutir acerca de alternativas de desenvolvimento local e regional, partindo da perspectiva de atores do município de São Francisco de Paula, localizado no Rio Grande do Sul. Para tanto, utiliza-se de debates que emergiram em seminário com essa temática, promovido a partir do programa de pós-graduação

¹ José de Castro, proeminente intelectual, geógrafo e cientista político brasileiro, diretor da FAO 1952-1956 e representante do Brasil nas Nações Unidas em 1963, em: *El subdesarrollo Primera Causa de Contaminación. El Correo, enero 1973 (año XXVI), p. 20.*

da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), no Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade. O estudo foi sistematizada através da gravação das explanações apresentadas pelos palestrantes, bem como das interações entre estes e o público presente, dados secundários, portanto, em uma abordagem qualitativa. A pesquisa constituiu-se por meio de uma análise crítica e descritiva. No que se refere às pesquisas descritivas “são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2002, p. 42).

Desse modo, visando a proporcionar maior familiaridade com o problema, optou-se por uma pesquisa exploratória e descritiva, pois, “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. (GIL, 2002, p. 42). Buscou-se, assim, aprofundar as principais questões trazidas a partir das análises dos debates.

Contextualizando, a cidade em questão pertence à região fisiográfica Campos de Cima da Serra e fica localizada no extremo nordeste do Rio Grande do Sul (RS). Conforme o sítio institucional de São Francisco de Paula, suas origens remontam às incursões dos bandeirantes na região, que transformaram os índios caáguas, que ali estavam, em presas fáceis, sendo usados como mão-de-obra escrava. Estes indígenas, já por volta de 1700, estavam praticamente dizimados pelos bandeirantes e por doenças. No final do século XVIII, com a expansão da mineração na zona das Gerais, novamente os bandeirantes voltaram ao RS, a fim de buscar mulas para a zona mineradora e o Estado tornou-se o grande fornecedor de animais de tração para a atividade extrativa. Desse modo, o processo de ocupação dos Campos de Cima da Serra ocorreu com o transitar dos tropeiros, visto que a região estava no caminho das tropas. (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2014).

Conforme referem Krone e Menasche (2016):

Contudo, se a pecuária de corte e a produção de queijo têm sua importância para a economia local, ao longo das últimas décadas, vimos instalar-se na região dos Campos de Cima da Serra uma série de novas atividades econômicas. A região, que até então vivia preponderantemente da pecuária de corte extensiva, agora também comporta projetos de fruticultura e de reflorestamento. (KRONE E MENASCHE, 2016, p. 181).

Partindo desse histórico, distingue-se o município, que tem sua economia eminentemente baseada no setor primário. Essa tradição rural evidencia-se na própria geografia do município, que possui 3.274 km², embora conte com pouco mais de 21.000 (vinte e um mil) habitantes, e pode ser percebida nos discursos analisados. Dentre os palestrantes, em uma concepção mais conservadora, muitos vislumbram que o agronegócio é a principal alternativa para o desenvolvimento do município. Embora admitam que deve haver outras atividades, eles entendem que

os investimentos devem ser direcionados à produção rural em larga escala, visto ser esta que sustenta a economia.

No entanto, como ressalta Almeida (1997):

Nesta visão, o desenvolvimento é um processo considerado único, que leva do atrasado ao moderno, tendo portanto uma concepção linear. Este novo “modelo” moderno, “desenvolvimentista”, encampado pelos agricultores empresariais modernos, é o único possível e desejável (ALMEIDA, 1997, p. 41).

Em sua explanação, Manuel Rubem Valim, representante da Associação Rural de São Francisco de Paula, sediada há 82 na comunidade, enfatizou que a entidade está voltada ao desenvolvimento do agronegócio, fomentando e trazendo melhores condições e suporte, ao disponibilizar aos associados, por exemplo, profissionais como veterinário e agrônomo. Ele refere que, além da pecuária, principal atividade no município, com 150 mil animais, atualmente possuem capacidade produtiva para 3.200 hectares de milho e cerca de 3 e 2 mil hectares de batata e hortifrutigranjeiros, respectivamente. E que essas produções são importantes para o município, por trazerem divisas e empregos.

No mesmo sentido, a produtora rural Margarete Marques ressaltou que, em sua experiência como vereadora, identificou que o agronegócio é fundamental, ao aparecer como contribuinte de maior arrecadação de ICMS² no município, cujos recursos são direcionados ao desenvolvimento. “O dinheiro não é separado, se integra na economia”, diz. Ela considera que havia muito medo por parte do produtor rural quando se falava em meio ambiente há alguns anos, em função das fiscalizações, o que vem se transformando. Entende que faltava ao município descobrir a sua vocação, o que agora está ocorrendo, identificada na produção primária, do pequeno produtor ao agronegócio, e na questão ambiental. E avalia que a manutenção da pecuária de forma consistente é a forma possível de se desenvolver atividades secundárias, como o turismo rural, por exemplo.

Por outro lado, o representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Maurício Guimarães, ressalta que São Francisco de Paula vive do campo, não há como dissociar, mas percebe uma economia mais multifacetada. Retomando o histórico da Vila de São Francisco, relembra que seu desenvolvimento foi impulsionado economicamente pela Guerra do Paraguai, quando se ampliou a produção no campo através da pecuária extensiva. Após, na época de Getúlio Vargas, focou-se na exploração das Araucárias, até seu esgotamento. Afirma que, a cada fim de ciclo, vem uma crise, mas entende que a cidade tem sua economia multifacetada, através de várias culturas, sendo necessário regionalizar para entender o que está acontecendo e como será o desenvolvimento urbano. Com uma

² Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

parte voltada a Cambará e outra a Caxias do Sul, sofrendo essas influências, o município precisa desenvolver sua economia, não desfazendo o que está feito e buscando corrigir legislações inadequadas e encontrar alternativas para solucionar a evasão dos jovens, que, ao se formarem, levam consigo seu potencial e os recursos investidos em sua formação para outras cidades. A seu ver, precisa-se definir, por exemplo, o tipo de turismo que se quer, voltado para que público, e cita o caso do turismo para pessoas da terceira idade, que vem prosperando em locais que investem neste nicho. Nessa abordagem, ele vislumbra a importância de se conceber estratégias de desenvolvimento, sem preconceitos sobre o que dá ou não certo, focando nas questões mais voltadas à exploração econômica desse mercado.

Nesse sentido, conforme refere Dallabrida (2011), ao retomar a visão de Porter (1985; 1986; 1990; 1993; 1998; 1999; 2000) sobre vantagens competitivas:

Comparativamente a uma empresa, localidades, regiões e territórios, poderão racionalizar o uso ao seu favor das vantagens competitivas que o meio oferece, para atrair investimentos ou agregar valor aos seus produtos. Há ainda a possibilidade de desenvolver e estimular o uso de determinadas vantagens competitivas locais ou regionais para favorecer o desenvolvimento regional. (DALLABRIDA, 2011, p. 132).

Ainda, seguindo na linha de desenvolvimento no campo, o representante do Clube de Integração e Troca de Experiências - CITE 78, José Lauri Lucena, ressaltou que as cercas dividem as propriedades rurais, mas não devem isolar os produtores, que tem de haver fator de integração para que eles se organizem e compartilhem soluções, pensando na sua sustentabilidade³. Ele relatou que, embora muitos desses produtores trabalhem em nichos diferenciados, reúnem-se periodicamente – há 32 anos – para trocarem suas experiências.

Também tratando sobre a interação entre os produtores na comunidade, o representante da Cooperativa Serrana, José Evandir da Silva, ressaltou que, desde a sua criação, essa entidade visa a apoiar o produtor rural, que estava e ainda hoje está muito desassistido. Que houve diversas mudanças na legislação, especialmente na ambiental e, para o produtor, é difícil acompanhar e se adequar a tudo isso. Ele percebe um grande receio por parte dos produtores, que, muitas vezes, vêem a fiscalização como algo punitivo. Eles necessitam saber como trabalhar com o meio ambiente, pois têm pouca experiência nesse aspecto, especialmente em um local como São Francisco de Paula, com tantas encostas e áreas de preservação.

De acordo com o estudado, constata-se que essa insegurança explicitada se dá muito em função do modelo desenvolvimentista para o qual foi arrastado o meio rural, especialmente a partir década de 1960, quando vários países latino-

³ Nesse contexto, ele refere sustentabilidade como a viabilidade econômica de manter a produção rural.

americanos engajaram-se na chamada “Revolução Verde”. Esse movimento, conforme refere Almeida (1997), fundamenta-se basicamente nos princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos e de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, além da irrigação e da mecanização. Como menciona o autor, com isso, criou-se a necessidade do chamado “pacote tecnológico” e, a partir daí, vários problemas se intensificaram neste período, “[...] especialmente no que tange à desigualdade social e especialmente à sustentabilidade (econômica e ecológica) da produção agrícola no longo prazo” (ALMEIDA, 1997, p. 44). Essa dinâmica terminou por interferir em todo o sistema. Nesse sentido, Friedmann (2016) ao tratar sobre a premência de um sistema alimentar sustentável refere que, no sistema alimentar atual:

[...] agricultores cultivam o que exigem os compradores corporativos dominantes, consumidores compram o que é oferecido pelos mesmos atores corporativos, e, dessa forma, ecossistema e saúde sofrem, assim como sistemas sociais e políticos, tanto rurais quanto urbanos. (FRIEDMANN, 2016, p. 90).

Ocorre que, nesse modelo, disseminou-se a necessidade dessas intervenções, mas não as soluções para os problemas delas decorrentes, como a degradação ambiental, por exemplo. Em sua análise, Almeida (1997) ressalta que, através de estruturas de promoção, vulgarização e “extensão” de novas tecnologias, desde o fim dos anos 50 na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, foram colocadas em funcionamento as estruturas do desenvolvimento agrícola e rural que posteriormente foram difundidas em várias partes do mundo. E alerta que, no entanto, essa noção de desenvolvimento é restritiva, não considerando, muitas vezes, a importância das estruturas de cooperação, como as referidas pelos palestrantes do evento.

Conforme o autor:

Essas noções de desenvolvimento agrícola e rural, portanto, conservam uma significação restrita: primeiro, porque as operações reconhecidas como “de desenvolvimento” referem-se quase que apenas àquelas da produção; em segundo, porque os organismos e instituições, oficialmente designados para promover as ações de desenvolvimento, somente reagrupam o conjunto de organismos que se dedicam ao desenvolvimento (econômico, geralmente). Na prática, entretanto, os institutos técnicos, as cooperativas, as ONGs, entre outras, também participam através de suas atividades na difusão de novas técnicas de produção, de comercialização e de gestão. Mesmo que muitas vezes seu papel não seja reconhecido e financiado oficialmente, elas são parte integrante do desenvolvimento agrícola e rural (ALMEIDA, 1997, p. 40).

O autor ressalta que os planos de desenvolvimento oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passaram a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles deveriam colocar em operação. Segundo ele: “Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os

agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização” (ALMEIDA, 1997, p. 40).

Nesse sentido, convém resgatar os apontamentos de Saavedra (2014), que ao tratar da história do debate ambiental, ressalta a não adequação das “propostas de solução” oriundas de realidades distintas daquelas vividas na América Latina.

Em outras palavras, os diferentes grupos humanos e/ou de sociedade que habitam este planeta o fazem em condições muito diferenciadas e, portanto, representam a realidade ambiental global e local de forma diferente, o que resulta em propostas de solução com ênfases variadas. Isso não significa que o problema não seja real ou não seja grave, porém é muito diferente a maneira de entender a crise ambiental quando se tem uma renda per capita de 45 mil dólares e a expectativa média de vida de 80 anos ou mais, como ocorre no Primeiro Mundo, contra uma renda per capita inferior a 100 dólares e com uma expectativa de vida de 38 anos ou menos, como ocorre em muitas regiões pobres do mundo, como aqueles afetados mais seriamente pela pandemia da Aids. (SAAVEDRA, 2014, p. 30 - 31).

Dessa forma, percebe-se que há a necessidade permanente de uma leitura crítica dessas realidades e das suas respectivas diretivas de soluções para as questões que envolvem desenvolvimento e meio ambiente.

Em relação aos padrões de desenvolvimento regional, Boff (2007) considera que:

Os padrões de desenvolvimento regionais devem ser compreendidos como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação possuem em razão de suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais). A inserção no processo de desenvolvimento fica facilitada por meio da construção regional de um modelo específico, ou seja, o desenvolvimento decorre da capacidade cultural, acumulada regionalmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos para constituir, de forma coletiva e associada, seu próprio padrão de desenvolvimento (BOFF, 2007, p. 20).

Desse modo, verifica-se a importância de conhecer as diversas experiências de desenvolvimento regional, porém, não se pode perder de vista o contexto no qual foram concebidas.

Em sua exposição, Mateus Barcelos trouxe a experiência no grupo de condutores ambientais (habilitou-se nessa atividade pelo PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, é professor, formado pelo PLAGEDER – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, através da UAB - Universidade Aberta do Brasil). Ele considera importante que haja, no município, pessoas preparadas para falar sobre turismo ambiental e que estas conheçam o histórico da comunidade. Refere que, em seu grupo, fazem passeios conduzidos de turismo e turismo de aventura e estão organizando o Grupo de Voluntários de Busca e Salvamento, que, em conjunto com os bombeiros, pode efetuar resgates. Ele enfatizou que ainda estão engatinhando no que tange ao turismo em São Francisco de Paula, pois “é tudo muito amador”, acessos precários,

precisam se profissionalizar. Ressaltou a importância da questão do pertencimento ao local, que busca um desenvolvimento inclusivo, não só nas questões econômica e turística, mas que traga outras atividades e alternativas para a população. O desenvolvimento que existe atualmente nunca chegou à margem social, o agronegócio está em outro setor da sociedade e o emprego que ele oferece não chega nos bairros, com raras exceções, afirmou. O agronegócio é importante por seu potencial econômico, mas não promove desenvolvimento com equidade. Por experiência, a cidade teve uma indústria calçadista sem identificação com a comunidade, tem um fraco comércio e as atividades rurais como agronegócio e silvicultura, que pouco atingem a população. Em sua concepção, o turismo é uma alternativa para São Francisco, com seu imenso potencial natural.

Nesse sentido, Almeida (1997) evidencia que essa visão determinista do desenvolvimento rural explicitado provoca a desvalorização de todas as formas de produção que não estejam calcadas no modelo de desenvolvimento dominante, visto serem os critérios de sucesso desse sistema que pautam a avaliação e o julgamento. Segundo ele:

Dentro deste modo de desenvolvimento, descrito como “moderno” ou “avançado” pela literatura, a diversidade e a diferenciação das formas de produção são consideradas como empecilhos ao desenvolvimento no eixo tradição à modernidade. A tese do retardamento justifica, de um lado, a sustentação (técnica, financeira, política, etc.) aportada às unidades produtivas mais “avançadas” (as mais intensivas) as quais é preciso ajudar a reproduzir-se; de outro, pela eliminação das mais “atrasadas” que não têm nenhuma chance de recuperar o atraso: é o êxodo rural que passa então a ser admitido como inexorável - e mesmo necessário - para permitir aos mais “dinâmicos” se desenvolverem em boas condições. (ALMEIDA, 1997, p. 41).

Na linha do palestrante Mateus, através de uma explanação afinada às alternativas de desenvolvimento sustentável, por meio de uma visão inclusiva e integrada entre natureza e sociedade, o palestrante Fábio Magalhães, ressaltou também algumas questões locais. Integrante da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, ele contou que mora em “São Chico” desde 2005 e que no município aprendeu a ser cidadão, o que é mais difícil nas grandes cidades. Sente ali possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Trabalha atualmente em Porto Alegre no projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE – do Estado, onde o grupo vem desenvolvendo um *software* que será interativo, em ambiente *web*, um instrumento de planejamento para conhecer previamente as peculiaridades, vulnerabilidades, potencialidades e exigências ambientais de cada local ou região, podendo ajudar no seu desenvolvimento. Para ele, em seus estudos criou um arcabouço de informações na área de administração e a utiliza interligando indicadores para buscar entender a cidade. Ressalta que o momento positivo do agronegócio trouxe reflexos no eixo econômico, exemplificando que, em 2012, o RS cresceu 10% e São Chico 15%, aumentando o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita*, conforme a FEE

(Fundação de Economia e Estatística). Mas que, ao confrontar com números do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por exemplo, observa-se uma grande evasão escolar, ao constatar-se que, enquanto 3 mil alunos ingressam no ensino fundamental, somente 600 chegam ao ensino médio, refletindo em indicadores como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, composto por expectativa de vida ao nascer, educação e PIB *per capita*). Esse fenômeno é, em grande parte, afetado pela gravidez precoce, o que também interfere nas questões de gênero e ainda precariza a educação desses filhos, pois muitos acabam sendo criados pelos avós, sem ter a orientação e o suporte necessário dos pais. Para ele, precisa-se focar muito na conscientização das questões éticas e morais para essas novas gerações.

Ainda, ele identifica um imenso potencial turístico no município, que teve recentemente sua avenida principal selecionada entre as 15 mais bonitas do país, isso sem grandes investimentos. Os recursos naturais e a abundância hídrica são evidentes, mas considera que, para alavancar o Turismo, este de fato deve estar no planejamento governamental da cidade, tem de ser um processo, com envolvimento da comunidade, e que nesse sentido a presença da unidade da UERGS tem um papel fundamental. Em suas considerações finais, Fábio mencionou o caso de um estudo de um aluno de graduação, feito em Cambará do Sul, com o qual o município poderia avançar em suas questões ambientais e, também, aumentar a renda de algumas famílias; este projeto, no entanto, não saiu do papel, segundo suas palavras “não houve debate, não houve envolvimento das forças da cidade pois isto é um processo”. Este processo pode ser muito lento, esta integração entre as diferentes esferas da sociedade pode, também, não ser o desejado por alguns indivíduos, e, estes poucos indivíduos, muitas vezes, são aqueles que possuem uma voz mais ativa.

Complementando as ponderações dos palestrantes, houve momentos de questionamentos e considerações por parte dos integrantes da plateia. Estes, por pertencerem a realidades diversas, com diferentes experiências de estudo, trabalho e vida, trouxeram importantes questões ao debate, de modo a trazer à luz novas possibilidades para a região. Em uma das intervenções, um participante, que reside em Porto Alegre, referiu que: “O agronegócio gera recursos, gera, porém, estes não chegam para todos, e quem é de fora enxerga. Deve-se incentivar a juventude nesse meio turístico, assim, eles não iriam querer morar em Caxias do Sul, pois estes cidadãos se identificariam com São Francisco de Paula”. Esta colocação traduz algo que foi explicitado em outros momentos nas discussões: que muitos defendem incondicionalmente o agronegócio, sem perceber que este ramo pode carregar consigo um elemento segregador. Realmente, o agronegócio pode ser uma excelente oportunidade de crescimento econômico, cujos números são visíveis em termos de índices econômicos para a cidade; porém, como um dos palestrantes bem destacou, o município tem uma quantidade extremamente elevada de adolescentes que não concluem sequer o ensino médio, e isto se reflete no IDH.

A questão do turismo regional foi, também, bastante discutida. Alguns debatedores entendem que seria mais proveitoso trazer a juventude local para trabalhar com turismo, mesmo sem um conhecimento teórico/acadêmico, já que estes possuem o conhecimento da região e sabem os melhores lugares para passeios e trilhas. Consideram que, trabalhando nessa área, esses jovens poderiam agregar seus conhecimentos e que isso facilitaria a sua inclusão, tanto na esfera social, pois não se sentiriam marginalizados, quanto na esfera econômica, gerando renda para o município; com isso, retirar-se-ia este adolescente de uma possível situação de vulnerabilidade social, visto que ele estaria inserido no contexto da cidade e se sentiria, inclusive, mais engajado em melhorar certos aspectos da comunidade. Em contrapartida, outro debatedor, cuja área de atuação é o turismo, pontuou, dizendo que “precisa se profissionalizar o turismo; falta parceria pública e privada”. Partindo dessa referência, outra participante, que conhece a realidade de Bento Gonçalves, lembrou que naquele município, o turismo só havia se dado a partir do momento em que o setor privado começou a investir. O palestrante Maurício, então, interveio referindo que a “iniciativa privada precisa investir”.

Sabe-se que o turismo é uma área em crescente expansão, que vem se tornando um mercado amplo e complexo, o que traz a necessidade de um estudo detalhado de caso, pois cada região possui tendência a um tipo de turismo; enquanto regiões vizinhas, como Gramado e Canela, investem em um turismo mais gastronômico e cultural, com vistas a explorar os restaurantes, lojas e museus da região, São Francisco de Paula possui uma tendência ao turismo ambiental, devido à sua exuberante natureza. Preservando-se essas riquezas, este pode ser o turismo ideal para a região, podendo-se dividir em ramos como o do turismo de aventura e de hotéis-fazenda.

Vale destacar que, mesmo que o tipo de turismo não seja o mesmo a ser perseguido, é indiscutível o eficiente trabalho feito em Gramado e Canela, que são exemplos de cidades planejadas para o turismo, com um detalhado estudo para a região. O problema neste caso, segundo as críticas, reside no fato de a população nativa não ter feito parte deste estudo, pois os empresários que investiram na região não eram do local, não conheciam aquela realidade; e essa população, em geral, trabalha no turismo, mas vive às margens, não tendo a chance de interagir para e com o desenvolvimento da região. Outro fato que se evidencia no turismo de Gramado é o de que a cidade possui ruas e casas construídas no “estilo italiano” e no “estilo alemão”, cuja arquitetura é muito característica de cada um destes grupos de imigrantes; contudo, essa configuração de fato não acontece, pois a região mais parece um apanhado de cultura histórica com museus de temáticas atuais e, para complementar, muitos restaurantes e lojas, a maioria deles com nomes estrangeiros, completando este ar de “europa brasileira”.

Do que se depreende dos debates, a região citada termina por carecer de uma identidade cultural genuína, pois essas cidades turísticas foram construídas e

pensadas com um propósito de crescimento econômico, e não sob o prisma de desenvolver de fato a região. Nesta *charla*, os representantes que palestraram posicionaram-se no sentido de não desejarem um turismo ao estilo de Gramado ou Canela, e exaltaram o potencial natural da cidade de São Francisco de Paula, dando ênfase para o ecoturismo.

Nesse ponto, convém resgatar Boff (2007) no que diz respeito às condições relacionadas ao desenvolvimento do turismo:

A grande força do turismo, à luz da pesquisa realizada, não está na simples presença de recursos físicos disponíveis em determinado espaço, mas na capacidade endógena dos territórios para elaborar, executar e monitorar planos de ação, programas e projetos estruturantes, com diretrizes estratégicas e priorização de fatores de competitividade, como os examinados nesta tese. Por essa lógica, cabe destacar que a competitividade depende da organização dos próprios atores regionais (capital social), a partir de uma postura autopoietica (BOFF, 2007, p. 141 - 142).

Ainda, acerca do modelo de desenvolvimento de Bento Gonçalves, comentado anteriormente, não se considera que o caminho para São Francisco seja, necessariamente, a iniciativa privada; naturalmente, seria importante que empresários investissem na região, mas não qualquer tipo de empresário, e sim, aqueles dispostos a manter a identidade cultural do local. Entende-se que não é prudente enaltecer a iniciativa privada como se os problemas da região fossem todos ocasionados pela sua falta. Alguns desses problemas, conforme evidenciado, originaram-se a partir de um modelo de administração antiquado, que perdurou por anos, usando-se de uma matriz econômica quando esta já estava em queda, trocando-se a matriz até também exauri-la e, assim, sucessivamente, sem diversificar essas fontes. Uma alternativa seria incentivar empresários da própria região e/ou com um perfil com maior identificação com o dos moradores da região, para investirem no turismo; assim, com a mediação da prefeitura, fazendo esta ligação entre empresários e população, poder-se-ia diminuir esse vácuo e aproximar as pessoas, inclusive, aquelas até então marginalizadas, que poderiam sentir-se inseridas neste contexto.

Nesse sentido, Boff (2007), sobre turismo e desenvolvimento regional, ressalta-se que “[...] a capacidade de interação e ação articulada entre os diversos atores locais e regionais é concebida como determinante do grau de desenvolvimento regional.” (BOFF, 2007, p. 6). Assim, ainda conforme esse autor:

A vinculação da importância do capital social para o desenvolvimento do turismo se processa, essencialmente, pela natureza das atividades operacionais e conexões que esse setor requer com os demais segmentos econômicos e sociais da região. É necessário que os recursos físicos e humanos estejam alinhados com as práticas e as relações sociais a fim de se transformarem em vantagem competitiva para atrair turistas e investidores para seu território (BOFF, 2007, p. 141).

O palestrante José Evandir pontuou, em suas considerações finais, que o agronegócio engloba toda a cadeia produtiva, desde o pequeno ao grande produtor, sendo que ele não pode ser visto como um vilão. O que é pertinente, pois o conceito da palavra agronegócio é de toda e qualquer relação comercial que envolva a cadeia produtiva; o problema, nesse caso, está no contexto em que o agronegócio está inserido no nosso país e no mundo, em muitos casos, sobrepondo-se aos pequenos produtores e às características culturais de regiões em prol de um crescimento econômico. Pela questão de escala, há também um maior risco de problemas ambientais associados a esse tipo de produção, que pode devastar regiões, deixando fauna e flora fragilizadas. Como agricultor, José buscou mostrar que o sentido primário do agronegócio é este, gerar renda, desde o pequeno ao grande produtor; diferentemente deste outro sentido adotado por grandes latifundiários e empresários do ramo. Durante a conversa, conforme referido, o agronegócio foi defendido como fonte de renda e de crescimento e, no decorrer da discussão, o termo agronegócio tornou-se confuso, na medida em que o representante da cooperativa falava em agronegócio e em cooperativa, como sempre andando juntos na região.

Contudo, ainda que uma maioria dos palestrantes presentes tendesse a concordar com essa ideia, conforme citado no referencial teórica exposta acerca desse modelo, difundido intensivamente a partir da “Revolução Verde”, na maioria das regiões, não é bem o que ocorre, visto que o agronegócio tende a mirar interesses bem diversos daqueles das cooperativas, muitas vezes, inclusive, caminhando em sentido contrário. Nessa perspectiva, o palestrante Mateus contou que, por ter nascido e pertencer a uma das comunidades carentes da região, discorda da ideia de que o agronegócio seja inclusivo. Segundo o relato de sua experiência e, por estar envolvido em diversas atividades no município, ele próprio acaba vivendo esta realidade, onde o agronegócio não traz infraestrutura, escolas ou clínicas para o bairro em que ele vive.

Mais crítico sob outros pontos-de-vista, o palestrante José Evandir enfatizou que o que falta para o município é o “pontapé inicial no processo educativo”, que este é o cerne do problema, a educação; desde a base, com os pais, o planejamento familiar, a educação inclusiva, dar oportunidades para os jovens e, educando-os, para que não se tornem jovens pais, pois, como citado, este é um dos motivos do grande número de evasões escolares. Por fim, o agricultor completou dizendo que “[...] o município é mal distribuído, o centro está em um lado e, do outro, há vilarejos a 140 km de distância deste centro”. Esta afirmação final resumiu o que já havia sido referido, sobre as dificuldades relativas à distribuição territorial do município; problemas estes que vão além da distribuição econômica, atingindo também as esferas social, cultural e geográfica.

Nesse sentido, conforme enfatizado pelo palestrante Mateus, a população que vive nestes locais mais afastados sente-se marginalizada por não ter acesso a

serviços básicos como saúde e educação, e sofre para se deslocar, pois as estradas são muito precárias. Mateus, via de regra, trouxe um contraponto às posições externadas por muitos dos expositores até então, questionando e apresentando elementos divergentes do que é colocado como tradicional e moderno na região de São Francisco de Paula. Essas ponderações vão de encontro ao ideário predominante, voltado excessivamente para o agronegócio ou para a pecuária.

Partindo dessas considerações, pode-se perceber a divergência de pensamentos e interesses, que variam de acordo com o ponto-de-vista dos agentes envolvidos nessas questões. Buscado como um ideal, o desenvolvimento traz consigo o impasse sobre a direção na qual deve seguir, sendo necessário pensar a respeito do tipo de desenvolvimento almejado.

Naturalmente, as atividades que detêm mais poder econômico nos locais direcionam os maiores investimentos para sua sustentação, especialmente através das políticas públicas. O problema é que esse *status quo* apenas mantém a situação estabelecida na sociedade, sem trazer oportunidades para que haja um desenvolvimento inclusivo, que melhore as condições de vida da população em geral. Esse fenômeno ocorre em todos os níveis, o capital financeiro privilegia aqueles que o detêm e transformar essa dinâmica traz conflitos e embates constantes. De forma ampla, conforme ressalta Saavedra (2014), houve grande evolução nos estudos acerca das alternativas de desenvolvimento para a América Latina nas últimas décadas, muitos elaborados por integrantes da CEPAL, desde a Conferência de Estocolmo (1972) até a Rio 92, oportunidade em que as autoridades publicaram o documento da região, chamado de *Nossa Própria Agenda*, no qual, segundo ele:

[...] se posicionaram, claramente, sobre qual era a perspectiva dessa parte do mundo para enfrentar uma crise que era global, mas que atuava de maneira diferenciada segundo as condições geográficas e sociais do planeta. Certamente tratava-se de ter um plano mundial comum e coordenado, mas abordando as características específicas de cada região, sem esperar por medidas idênticas para um mundo que não era uniforme e uma crise ambiental que também não atuava de maneira uniforme [...] (SAAVEDRA, 2014, p. 203).

No mesmo sentido, Sen (2013), defende a relevância de uma “estrutura de desenvolvimento ampla”, em função da necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento dos mercados, conforme refere:

Esse tipo de estrutura envolve rejeitar uma visão compartimentada do processo de desenvolvimento (por exemplo, optar pela “liberalização” ou por algum outro processo único que leve diretamente a uma meta traçada). A busca de uma solução única e multiuso (como por exemplo “abrir os mercados” ou “ajustar os preços”) influenciou acentuadamente o pensamento dos economistas no passado, destacando-se os do próprio Banco Mundial. Em vez dessa espécie de solução, é preciso haver uma abordagem integrada e multifacetada, visando a um progresso simultâneo

em diferentes frentes, incluindo diferentes instituições que se reforçam mutuamente (SEN, 2013, p. 169).

No contexto do Brasil, Santos (1998), ao retomar Bosi (1993), avalia que o país parece enveredar pelo caminho da ruptura. Em sua análise, quanto mais as coisas se fragmentam, mais a elite brasileira, bem como o sistema político no seu todo, parecem tornados por uma exasperação que Bosi chama de "obsessão do descompasso", que, segundo ele, mede a distância entre o Brasil e as sociedades capitalistas avançadas. "Tal obsessão domina a mente de economistas, políticos, homens de mídia, empresários e professores universitários, expressando-se como a síndrome da modernização." (SANTOS, 1998, p. 23 e 24). A modernização, nessa perspectiva, seria necessária, urgente e crucial, conforme ele mesmo resume: a salvação. No texto, ele questiona se a modernização vai ocorrer e o que ela realmente significa. Em um discurso afinado com os autores decoloniais (ou descoloniais) apresentados pelo professor Márcio Zamboni³, esse autor contesta os valores apregoados e impostos para que se siga o caminho conveniente aos interesses econômicos e financeiros, muitos conflitantes com um modelo de desenvolvimento que persiga a igualdade e o bem-estar social. Conforme ele refere:

Talvez a desintegração brasileira seja principalmente um efeito colateral da integração do país na economia global contemporânea. Bosi nota, contudo, que os nossos social-democratas e neoliberais não parecem dispostos a considerar a dependência externa e a participação do Brasil no sistema global; a obsessão do descompasso os mantém pensando no que está faltando, e não no que efetivamente existe. E o que está supostamente faltando é a moderna cultura ocidental, a cultura capitalista, que poderia levar ao desenvolvimento. Assim, a razão do subdesenvolvimento não deve ser procurada na condição neocolonial do país, mas no comportamento atrasado do povo e na "cultura nacional". O problema não é o sistema, o problema é o homem. Os brasileiros precisam mudar, ficar modernos (SANTOS, 1998, p. 24).

Verifica-se, desse modo, que as reflexões suscitadas a partir de estudos como este, que considerem questões fundamentais para o desenvolvimento em suas muitas dimensões, incluindo a local e a regional, e o contexto no qual se dão essas interações, terminam por remeter a autores que debatam e aprofundem a necessidade de compreensão e respeito às particularidades desses locais envolvidos.

3. CONCLUSÕES

A diversidade de abordagens explicitadas neste estudo visa a fomentar a discussão sobre alternativas de desenvolvimento, além daquela apregoada na maioria dos meios como sendo a única possível. Como visto, as diferenciações nas

³ Palestra proferida na disciplina de Desenvolvimento e Ambiente, na UERGS, unidade em São Francisco de Paula, em junho de 2016.

esferas cultural, política, social, ambiental e econômica dos locais interfere categoricamente nessas decisões. Desde as configurações de cadeia produtiva e porte até as questões geopolíticas, cada região tem um tipo de necessidade, não sendo razoável admitirmos que haja de fato um caminho pronto e único, que leve a um desenvolvimento ideal para todos os lugares.

Nesse contexto, segundo Cenci et al. (2014):

Um diagnóstico preciso da realidade, portanto, deve incorporar uma exposição das relações sociais que prevalecem na sociedade, assim como da natureza das relações Estado-Sociedade, considerando que as duas não podem ser entendidas separadas uma da outra. É impossível entender as perspectivas das políticas e projetos de desenvolvimento sem conhecer as características das relações sociais, tanto em nível micro como em macro, se e como aqueles níveis articulam-se entre si, e como este grau de articulação emerge historicamente (CENCI et al., 2014, p. 111).

Nesse sentido, procurou-se também, a partir das pontuações levantadas nos debates, contribuir com reflexões para o entendimento sobre o contexto histórico, político e socioeconômico no qual está inserida a população de São Francisco de Paula. Conforme verificou-se, emergiram questões relacionadas às desigualdades sociais e procurou-se demonstrar as discussões que se aproximaram de uma sinalização, na busca de um melhor entendimento sobre o porquê de persistirem essas vulnerabilidades.

Ao se analisarem os debates trazidos, entende-se que há um embate de interesses e que, nesse embate, muitas vezes a população termina por ser prejudicada. Parece haver, porém, maior dificuldade, para as pessoas que vivem na região, de perceberem ou explicitarem esses problemas. Há uma tendência de minimização ou mesmo de invisibilidade de questões que se mostraram fundamentais nessas dinâmicas sociais e para a resolução dos conflitos. Como já referido, um modelo de desenvolvimento que não seja sentido pela maior parte da população, possui sérias deficiências estruturais.

Assim, retomando as diversas questões abordadas neste estudo, percebe-se que, se há algum padrão no que se refere ao tema, está no longo caminho que temos, como humanidade, para trilhar rumo a um desenvolvimento com equidade.

Referências

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 1ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997. p. 33-55.

BOFF, Vilmar Antônio. **Turismo e desenvolvimento regional: um estudo comparado de duas regiões turísticas do estado do Rio Grande do Sul**. 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e

Doutorado). Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/683>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

CENCI, Daniel Rubens. et al. Caracterização geral do arranjo produtivo local agroindústria familiar da região celeiro. In: BASSO, David; TRENNEPOHL, Dilson. (Org.). **Planejamento estratégico de arranjos produtivos locais: plano de desenvolvimento do APL agroindústria familiar da região celeiro 2014-2020**. Ijuí: Unijuí, 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

FRIEDMANN, Harriet. Soberania Alimentar na Região de Golden Horseshoe em Ontário, Canadá. In: CRUZ, Fabiana Thomé; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. A formação da pecuária de corte e da produção tradicional do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra. In: WAQUIL, Paulo Dabdab *et al.* (Org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MORIN, Edgar. **A Via: para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, 93: 33-60, 2014.

SAAVEDRA, Fernando Estenssoro. **História do debate ambiental na política mundial 1945 – 1992: a perspectiva latino-americana**. Tradução: Daniel Rubens Cenci. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

SANTOS, Laymert Garcia. Tecnologia, natureza e a “redescoberta do Brasil. In: ARAÚJO, H. R. de (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo, Estação Liberdade, 1998. p.23-46.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. Histórico. Disponível em: <<http://saofranciscodepaula.rs.gov.br/prefeitura/perfil-da-cidade>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Ed. Schwarcz S.A., 2013.